

TRADUÇÃO

O paradoxo da emancipação: populismo, democracia e a alma da esquerda¹

Albena Azmanova²

Resumo: Que conexão há entre o vagalhão populista e a queda do apoio eleitoral às tradicionais posições ideológicas à esquerda? Como podemos explicar o declínio da esquerda sob condições que deveriam estar catapultando-a para o poder? Argumento que a esquerda, na sua reação tanto à hegemonia neoliberal como à ascensão do populismo, está afetada pelo que Nietzsche chamou de “preconceito democrático” - o reflexo de ler a história como o advento e a crise da democracia. Em decorrência disso, a esquerda tenta agora recuperar a democracia por meio da ressurreição do conjunto de políticas de crescimento-e-redistribuição característico da “era dourada” da social-democracia nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial. Esse gesto nostálgico, todavia, está levando a esquerda a outro impasse, àquilo que chamo de “paradoxo da emancipação” - ao lutar por igualdade e inclusão como condições essenciais da cidadania democrática, a esquerda está validando a ordem social no interior da qual ela está buscando igualdade e inclusão, a saber, a ordem social moldada pela produção concorrencial de lucro, a qual é a causa básica pela qual as nossas sociedades se encontram enclacradas. Concluo a análise propondo a construção de uma contra-hegemonia contra o capitalismo neoliberal mediante o alargamento do enfoque da esquerda, de modo a que a esquerda não se restrinja às suas preocupações tradicionais com a desigualdade e a exclusão, mas dê conta também da injustiça da crescente insegurança social e econômica - um dano cujo alcance vai além dos trabalhadores pobres. Uma agenda reformulada de justiça social que tenha como eixo questões de insegurança econômica que atravessam a “clivagem de classes” possibilitaria à esquerda mobilizar uma ampla coalizão de forças sociais para a transformação radical e duradoura em direção à democracia socialista.

Palavras-chave: Capitalismo; Dominação; Justiça; Neoliberalismo; Populismo; Democracia Radical; Social-Democracia; Socialismo.

Há três tipos de déspotas. Há o déspota que tiraniza o corpo.
Há o déspota que tiraniza a alma. Há o déspota que tiraniza tanto o corpo como a alma. O primeiro se chama Príncipe. O segundo se chama Papa. O terceiro se chama Povo.

Oscar Wilde, *A alma do homem sob o socialismo* (1891, p. 49)

1 Ensaio original: Azmanova, A. (2019). The paradox of emancipation: populism, democracy and the soul of the Left. *Philosophy and Social Criticism*, 45 (9-10), 1186-1207. DOI: <https://doi.org/10.1177/0191453719872291>. Tradução de Ivan Rodrigues, doutor em filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. O tradutor agradece à autora por consentir com a tradução e por generosamente se encarregar da aquisição da permissão junto à editora SAGE, titular dos direitos autorais. Também agradece a um(a) parecerista anônimo(a) que examinou minuciosamente a primeira versão da tradução e prestou importantes contribuições para o seu melhoramento. (N. T.)

2 Professora Associada de Teoria Política e Social na Escola de Estudos Internacionais de Bruxelas, Universidade de Kent. Agradeço particularmente a Kalypto Nicolaïdis e Chantal Mouffe por questionarem vários dos argumentos aqui propostos, bem como a Anastas Gueordjev pela sua perspicaz assistência editorial.

1. A Grande Recessão e o declínio da esquerda

“Não somos de direita nem de esquerda, estamos vindo de baixo e indo contra os de cima” - foi assim que os Indignados espanhóis³ exprimiram, no verão de 2011, o levante antissistema que irrompeu em várias democracias ocidentais em meio à última crise econômica. Essa raiva foi dirigida contra as elites dominantes, declaradas duplamente culpadas: primeiro, por terem criado as condições para a debacle financeira de 2008 e, segundo, por terem, em seguida, transformado a crise financeira numa crise social. Durante os últimos trinta anos, elas administraram à sociedade uma fórmula política de capitalismo desenfreado: uma mistura de desregulação financeira, mercados abertos internacionalmente e economias livres domesticamente. Isso produziu uma vertiginosa acumulação de riscos que acabou implodindo num fiasco financeiro. Os representantes políticos responderam a isso com a infame “política de austeridade” - uma combinação de elevação de tributos e diminuição do gasto público, em prol do apaziguamento dos mercados financeiros, o que acarretou um severo custo social e humano. A produção industrial despencou, o desemprego cresceu, o gasto dos consumidores desabou, e serviços públicos essenciais desapareceram. No decurso da década subsequente ao colapso financeiro - década que veio a ser conhecida como a Grande Recessão -, a taxa de desemprego em algumas regiões europeias subiu a aproximadamente 20%, enquanto a taxa de jovens desempregados chegou a quase o dobro disso. A recuperação atual ainda é sentida por muitos como uma depressão econômica. Essas eram condições de manual para a reativação do socialismo como projeto político, para uma enérgica ascensão da esquerda.

Entretanto, com algumas poucas exceções, os partidos de esquerda não conseguiram aproveitar as energias antissistema e canalizá-las para a política de esquerda. As eleições democráticas no “mundo livre” continuam a abastecer a extrema-direita e até a catapultá-la para o poder, como ocorreu na Itália, na Áustria, nos Estados Unidos e no Brasil. A maioria dos votos continua indo para a centro-direita, a qual é o maior agrupamento político na Europa e se manteve como tal após as eleições de maio de 2019⁴. Ainda mais surpreendente é que isso está acontecendo

3 “Os Indignados” foram um movimento de protesto majoritariamente de jovens espanhóis que se mobilizaram na primavera e no verão de 2011 a fim de protestar contra as altas taxas de desemprego, os cortes do bem-estar social e a corrupção política. Várias fontes informam um número de participantes entre 6,5 e 8 milhões.

4 Nas eleições de 2009 e de 2014 para o Parlamento Europeu, a centro-direita se manteve, de longe, como o maior agrupamento político (abrangendo o *Partido do Povo Europeu*, economicamente liberal e culturalmente conservador; a *Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa*, econômica e culturalmente liberal, ou neoliberal; e os *Reformistas e Conservadores Europeus*, tradicionalistas). A extrema-direita (*Europa da Liberdade e da Democracia Direta*; e *Europa das Nações e das Liberdades*) mais que dobrou os seus números, ao passo que o apoio à esquerda (*Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas*, de centro-esquerda; *Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde*, de esquerda radical; e *Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia*) se manteve, em grande

não *apesar*, mas precisamente *através* dos votos dos mesmos grupos que formaram historicamente o cerne da base eleitoral da esquerda - as classes trabalhadoras que trabalham a mais e são remuneradas a menos. Como podemos explicar o declínio da esquerda sob condições que deveriam estar alçando-a ao poder? Que conexão há entre o vagalhão populista e a queda do apoio eleitoral às tradicionais posições ideológicas à esquerda?

O atual impasse da esquerda tem muito a ver, obviamente, com a aptidão da extrema-direita para responder a clamores legítimos a respeito da subsistência ameaçada com os atalhos simplistas da xenofobia - com a fácil eficiência da “política do medo” (Azmanova, 2004; Azmanova, 2011; Wodak, 2015). Todavia, a impotência política tanto da centro-esquerda como da esquerda radical não pode ser completamente imputada à desfaçatez e à malícia da direita. Poderia haver algo na própria natureza da resposta da esquerda que estivesse causando a sua contínua perda de apoio eleitoral? Recentemente, Jürgen Habermas, sendo incomumente direto, notou: “A razão do declínio dos partidos social-democratas é o seu perfil indistinto, esmaecido. Ninguém sabe mais para que eles são necessários” (Habermas, 2018)⁵. Façamos, pois, exatamente essa pergunta: Para que se necessita da esquerda?

No que se segue, examinarei as tentativas da esquerda para responder à ascensão do populismo, a fim de explicar a persistente fraqueza do seu apelo aos eleitores a despeito da renovada mobilização dos partidos e movimentos de esquerda. Conceituo essa fraqueza pelo prisma de um fenômeno que Friedrich Nietzsche chamou de “preconceito democrático” - o reflexo de ler a história como o advento e a crise da democracia. A esquerda, atualmente, compreende o dano provocado pelo neoliberalismo pelo prisma da erosão da democracia, já que a desigualdade crescente tem bloqueado, de fato, os direitos de cidadania de muitos. Ela se esforça, então, para recuperar a democracia ressuscitando o conjunto de políticas públicas que giram em torno de “empregos, crescimento e redistribuição” e que caracterizaram a “era dourada” da social-democracia nas três décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial. Essa mentalidade nostálgica - é o que argumentarei - está impedindo a esquerda de fazer um diagnóstico acurado da natureza das injustiças que alimentam

parte, inalterado. Pesquisas às vésperas das eleições de maio de 2019 indicam um declínio do apoio eleitoral à esquerda e preveem que a centro-direita se manterá como o maior grupo na legislatura da União Europeia. É digno de nota que unicamente o apoio aos dois grupos políticos de extrema-direita e à ALDE, favorável ao livre mercado, está crescendo (<https://europeelects.eu/ep2019/>).

5 A autora cita a tradução para o inglês de uma palestra em alemão de Habermas: Habermas, J. (2018). Wo bleibt die proeuropäische Linke? *Blätter für deutsche und internationale Politik*, 12, pp. 41-46. O trecho citado por Azmanova se encontra à p. 45 da publicação alemã. O perfil indistinto, esmaecido, (*Profillosigkeit* é a palavra usada originalmente por Habermas) dos partidos social-democratas consistiria, segundo o filósofo alemão, na sua falta de iniciativa quanto a domesticar o capitalismo no plano transnacional: “Pois os social-democratas já não ousam dar início à domesticação programática do capitalismo no plano em que os mercados desregulados, no entanto, saem do controle e ganham um desenvolvimento indesejado”. (N. T.)

a revolta antissistema e, por conseguinte, de formular uma estratégia política adequada. Isso, no entanto, está levando a esquerda a outro impasse, o qual chamo de “paradoxo da emancipação”: ao lutar por igualdade e inclusão como condições essenciais da cidadania democrática, a esquerda está validando a ordem social no interior da qual ela está buscando igualdade e inclusão - quer dizer, ela apoia a dinâmica da produção concorrencial de lucro, isto é, a dinâmica que constitui o capitalismo como ordem social. Essa dinâmica, porém, é a causa básica pela qual as nossas sociedades se encontram enlacradas sob o capitalismo neoliberal - e esse enlacramento é muito maior sob o capitalismo neoliberal que sob as formas de capitalismo historicamente anteriores. Por mais que seja louvável que a esquerda esteja tentando ressuscitar agora a agenda tradicional da política progressista em favor de uma distribuição equitativa das possibilidades de vida, argumentarei que ela está falhando em questionar a *natureza* das possibilidades de vida que estão sendo distribuídas. É essa peculiaridade da atual conjuntura histórica que, como proporei, deveria nutrir a alma da esquerda, informar a sua mente e dar forma ao seu corpo político - tornando possível que ela venha a superar a nostalgia do capitalismo democrático do século passado e construir uma nova contra-hegemonia contra o capitalismo globalmente integrado.

A minha crítica do “preconceito democrático” da esquerda não visa questionar a validade da democracia como ideal normativo. O que questiono é a potência do compromisso com a democracia como ideologia política no atual contexto histórico - ou seja, a sua adequação como um programa para a mobilização política contra os danos causados pelo capitalismo neoliberal. Isso me possibilitará delinear, na última parte desta análise, uma proposta para a construção de uma nova contra-hegemonia mediante o alargamento do enfoque da esquerda, de modo a que a esquerda não se restrinja às suas preocupações tradicionais com a desigualdade e a exclusão, mas dê conta também da injustiça da crescente insegurança social e econômica - um dano cujo alcance vai além dos trabalhadores pobres. Proporei que uma agenda reformulada de justiça social que tenha como eixo questões de insegurança econômica que atravessam a “clivagem de classes” possibilitaria à esquerda mobilizar uma ampla coalizão de forças sociais para a transformação radical e duradoura.

2. Um renascimento democrático

Como a esquerda chegou ao estado de impotência política contra o qual ela agora tanto se debate? Foi por diferentes caminhos que a centro-esquerda e a esquerda radical chegaram a esse ponto. O caminho tomado pela centro-esquerda foi o de uma parceria com a centro-direita no engendramento do que Nancy Fraser (2017) chamou de “neoliberalismo progressista” hegemônico - um consenso entre os

principais agrupamentos políticos quanto a combinar capitalismo de livre mercado, de um lado, com a agenda progressista da Nova Esquerda em favor da inclusão e da igualdade de gênero, sexual, racial e étnica e, ainda, em favor da proteção ambiental, de outro lado. A fim de tornar prevalente a sua agenda e garantir para si própria um lugar na direção política dos governos nacionais, parte da esquerda vendeu, então, a sua alma socialista para o capitalismo, deslocando-se significativamente para a direita no que diz respeito à política econômica e social. Porém, a combinação da abertura das economias nacionais para o comércio global com o encolhimento da rede de proteção social domesticamente - uma combinação que caracterizou a economia política do neoliberalismo progressista - acabou expondo ao perigo a subsistência das classes trabalhadoras industriais, pois muitos empregos foram deslocados para o exterior. A cumplicidade da centro-esquerda no projeto político neoliberal indisps, então, os seus apoiadores tradicionais.

Já a esquerda radical, se resistiu à barganha fáustica feita pela centro-esquerda, foi acometida pela “melancolia de esquerda” - expressão cunhada por Walter Benjamin em 1931 para descrever um específico estado mental de militantes anticapitalistas, a saber, um estado de luto por um ideal moribundo e, ao mesmo tempo, de total conservação de um firme compromisso com tal ideal (Benjamin, 1974 [1931])⁶. As visões antecipatórias do comunismo e do socialismo sofreram uma série de derrotas históricas: a ausência de revoluções proletárias no Ocidente, o desdouramento desses ideais pelas ditaduras no Leste Europeu e o colapso final, em vez da liberalização, desses regimes em 1989-1990. Essas derrotas instilaram nos intelectuais de esquerda um sentimento de ansiedade ardente, mas introvertida, que gradualmente esvaziou a capacidade de ação política da esquerda radical. Dado que o projeto do socialismo parecia ter entrado num beco sem saída, o ativismo foi reduzido à resistência ou à criação de resiliência, na melhor das hipóteses. Conjuntamente, a insustentável leveza do neoliberalismo centrista e o suportável peso da melancolia de esquerda bloquearam a capacidade da esquerda para prontamente responder ao aumento do descontentamento social durante toda a Grande Recessão.

A recente erupção de populismo, todavia, quebrou o feitiço da hegemonia neoliberal; abriu um novo espaço para o conflito e a criatividade políticos, inclusive para uma renovada disputa entre ideologias políticas e, conseqüentemente, a oportunidade para a construção de uma nova ordem política (Azmanova, 2018a; Mouffe, 2018). De fato, está ocorrendo uma reativação da política de esquerda - o que é mais diretamente visível na expansão do socialismo democrático nos Estados Unidos, expansão que começou com o maciço apoio dos eleitores jovens a Bernie Sanders durante as eleições primárias presidenciais em 2016. A Marcha das Mulheres

⁶ Uma discussão do conceito e das suas iterações históricas é feita por Brown (1999), Traverso (2017) e Gordon (2017).

ocorrida em 21 de janeiro de 2017, em protesto contra a posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, foi, segundo relatos, a maior manifestação num único dia na história estadunidense. A esquerda parecia ter despertado da sua postura solipsista de luto passivo.

Recentemente, durante as eleições parlamentares na Europa, bem como durante as eleições de meio de mandato em outubro de 2018 nos Estados Unidos, a esquerda, buscando avidamente se reconectar com os seus eleitores, fustigou as desigualdades econômicas e apresentou propostas pragmáticas a respeito de preocupações amplamente compartilhadas: a plataforma do Partido Democrata nos Estados Unidos incluía o acesso à assistência à saúde a preços razoáveis e a não elevação do custo dos medicamentos vendidos apenas sob prescrição médica e do custo da educação superior, enquanto a plataforma do SPD na Alemanha incluía construir habitações acessíveis a preços razoáveis e manter as crianças livres da pobreza. Assim, a centro-esquerda está rompendo com o neoliberalismo, e a esquerda radical está recuperando-se da melancolia política, mas tanto aquele rompimento como esta recuperação estão ocorrendo como um esforço para reconquistar as conquistas da “era dourada” do capitalismo democrático de antes do início do neoliberalismo - ou seja, do tempo do Estado de bem-estar social, com os seus conflitos de classes entre capital e trabalho e as suas reconciliações, bem como com os seus arranjos de crescimento-e-redistribuição⁷.

É significativo que a incipiente reativação da esquerda não esteja ocorrendo sob uma narrativa explícita de um retorno aos dias dourados da social-democracia, apesar de as fórmulas políticas virem diretamente desse arsenal clássico. A narrativa abrangente da mobilização política é, antes, a narrativa do resgate, da reabilitação ou da radicalização da *democracia*. Se as questões de justiça social que são típicas da esquerda foram, sob o consenso neoliberal, removidas do âmbito do conflito político, elas agora estão reemergindo e sendo politizadas através do discurso segundo o qual a democracia está sendo danificada. A imagética da democracia, por ser agregadora, deveria prestar-se para o objetivo estratégico de manter um amplo apelo público - para mostrar aos eleitores, nas palavras da líder do Partido Democrata Nancy

⁷ Ainda não é claro se a resolução relativa a um Novo Acordo Ambiental [*Green New Deal*] que a ala esquerda do Partido Democrata apresentou ao Congresso em 7 de fevereiro de 2018 sinaliza (1) uma nova sinergia entre as agendas da justiça social e da justiça ambiental, sinergia que poderia virtualmente angariar amplo apoio; (2) a subordinação da agenda da justiça social à da justiça ambiental, o que poderia indispor as classes trabalhadoras; ou (3) o mascaramento de uma agenda socialista radical com preocupações com emergências ambientais, o que seria insusceptível de produzir o amplo apelo buscado. Os Socialistas Europeus estão se movendo sobre uma plataforma semelhante nas eleições de maio de 2019 para o Parlamento Europeu, mas pesquisas do comportamento eleitoral agregado (do “voto popular”) revelam que, desde o começo da mobilização eleitoral ativa em outubro de 2018, o apoio aos partidos de centro-direita aumentou, o apoio aos partidos de centro-esquerda caiu, e o apoio aos partidos da esquerda radical permaneceu inalterado (pesquisa de 18 de fevereiro de 2019 sobre as eleições europeias, disponível em: <https://europeelects.eu/ep2019/>).

Pelosi, que os democratas são “um partido governante, e não o bando esquerdista descrito pelo Sr. Trump”⁸. “Política progressista”, expressão nebulosa, supostamente não ideológica (e arrogante), tornou-se a locução comum que a esquerda usa para a sua autoidentificação, colocando-a no lugar da anterior referência explícita ao anticapitalismo ou ao socialismo. Continuarei usando essa locução, embora me oponha à sua petulância (já que ela implica que quem discorda de nós seria reacionário), pois ela se tornou corrente no discurso político contemporâneo, mas subverterei o que entendemos como “progresso”.

Diferentes ganhos advêm da adoção da democracia, em vez do socialismo, como uma narrativa na mobilização política. A democracia como plataforma moral da igualdade e da inclusão proporciona a preciosa certeza, quase fé, de estar do lado certo da história: ela está devolvendo à esquerda a sua alma. Além disso, a implementação da democracia política pelo estabelecimento de um sufrágio verdadeiramente universal é uma questão de urgência real nos Estados Unidos, onde os republicanos, manipulando fronteiras de circunscrições eleitorais [*gerrymandering*] e impedindo grupos específicos de eleitores de votar [*voter suppression*], estão bloqueando a entrada de preferências da maioria na política. A colonização da política pelo dinheiro graúdo nos Estados Unidos, bem como, em certa medida, na Europa, é a mais grave barreira à representação da vontade popular, pois as preferências dos atores econômicos que estão bancando a política invariavelmente se sobrepõem às preferências dos eleitores ordinários⁹.

Apesar disso, argumentarei que a adoção da democracia radical pela esquerda como a sua ideologia política abrangente não somente é insuscetível de render-lhe o prêmio aspirado, a saber, vitórias eleitorais, mas também é antitética ao próprio objetivo estabelecido pela esquerda para si própria: o objetivo de reduzir significativamente a injustiça social.

3. Democracia como um lugar-comum retórico

Começarei a elaborar esse argumento abordando o perigo mais inofensivo. A reformulação da política de esquerda como a radicalização da democracia carece de efetividade porque essa pretensão está sendo levantada por uma multiplicidade de atores políticos, ao mesmo tempo que o termo “democracia” tem sido esvaziado da sua original afinidade com o anticapitalismo.

Há cerca de um século, a democracia ainda era um ousado projeto político.

⁸ Citada em Fandos (2018).

⁹ De acordo com o estudo amplamente discutido de Martin Gilens e Benjamin Page, “as elites econômicas e os grupos organizados que representam interesses empresariais exercem impactos independentes substanciais sobre a política governamental estadunidense, ao passo que os cidadãos comuns e os grupos de interesses das massas exercem pouca ou nenhuma influência independente” (Gilens & Page, 2014, p. 564).

Se o termo “democracia” estivera quase ausente da linguagem das revoluções estadunidense e francesa do século XVIII, ele adquiriu, o mais tardar quando irromperam as revoluções de 1848 na Europa, um caráter decididamente radical: a democracia era tida como “o certo e rápido prelúdio do socialismo” (Hobsbawm, 2000 [1975], p. 15). Porém, como nos lembra Eric Hobsbawm, os governantes da Europa e dos Estados Unidos, o mais tardar no fim do século XIX, vieram a concluir que a democracia era inevitável; que “ela provavelmente seria incômoda, mas politicamente inofensiva” (Hobsbawm, 2000 [1975], p. 15). Privado da sua conotação radical de ameaça ao capitalismo, o termo “democracia”, cem anos depois, tornou-se uma expressão genérica para política mais ou menos decente.

O que torna o termo “democracia” tão maleável como ferramenta de mobilização política é que ele é um lugar-comum retórico, isto é, uma unidade de conhecimento amplamente compartilhado sem conteúdo fixo. Tal noção - é importante notar - percorreu uma considerável distância desde a sua original conotação de “governo do populacho” até tornar-se um termo vago com uma conotação fortemente positiva. Isso o torna atrativo para uma ampla gama de posições políticas. É significativo que uma das primeiras forças políticas na história moderna a adotar o rótulo “democracia” para si mesma tenha sido uma facção conservadora dentro da Assembleia Nacional francesa de 1789 - os *Monarchiens*, autodenominados “monarquistas democráticos”¹⁰. Hoje em dia, *Europa da Liberdade e da Democracia* é o nome de um dos dois grupos políticos eurocéticos e xenofóbicos no Parlamento Europeu, grupo entre cujos membros há os da laia dos Democratas Suecos - um partido com raízes no fascismo. Arranjos direitistas de todas as partes do mundo se congregam na *Internacional Democrata Centrista* e na *União Democrática Internacional*.

Não há muito, a teologia neoliberal da Terceira Via almejou superar as limitações das alternativas políticas da esquerda e da direita através do mantra de alcançar prosperidade para todos via mercados abertos e livres. Agora, essa teologia está sendo rapidamente substituída por uma veneração transideológica da democracia. Os agrupamentos políticos tradicionais condenam o populismo como uma investida contra a nossa democracia cosmopolita, pluralista, multirracial. Eles invocam memórias de uma democracia que supostamente funcionava bem e advertem que Trump, os seus equivalentes europeus e os seus apoiadores demolirão essa ordem e criarão uma ordem nova cujas bases serão o autoritarismo racial branco e a plutocracia pura. Do outro lado das barricadas, os da laia do primeiro-ministro húngaro Victor Orban estão orgulhosamente adotando o rótulo “democracia iliberal”. Se os líderes

10 O nome “monarquistas democráticos” almejava apreender a ideia de combinar os direitos da autoridade monárquica com os direitos do homem comum. A adoção oficial do rótulo “democracia” nessa época é intrigante porque o termo esteve largamente ausente da retórica da Revolução Francesa. Entre 1789 e 1796, nenhum dos numerosos jornais e periódicos utilizou “democracia” ou “democrático” no seu nome (Rosanvallon, 2009, p. 541).

populistas utilizaram um discurso do medo enquanto levantavam os seus movimentos e ascendiam ao poder, eles estão utilizando atualmente um discurso da democracia para consolidar as suas posições e estabilizar o seu controle do poder. Eles denunciam que a democracia tem sido usurpada por elites ricas através das próprias instituições do governo representativo que deveriam salvaguardar a democracia. Populistas avessos à União Europeia (mas também muitos de nós na academia) descrevem as instituições da União Europeia como parte de uma elite autocentrada, corrupta, que ignora a vontade do povo; e, então, garantem que sanarão o infame “déficit de democracia” através da transferência de mais poder de tomada de decisão para os parlamentos nacionais¹¹. Isso está alinhado com um estratagema neoliberal de velha data: as elites neoliberais de todas as tendências políticas existentes têm usado o discurso do fortalecimento da democracia local para garantir a implementação das políticas pelas quais elas transferiram responsabilidade social do Estado para a sociedade. Assim, elas têm usurpado o poder no nível supranacional e, ao mesmo tempo, transferido responsabilidade para o nível local. Os otimistas que contam com a sabedoria das democracias nacionais e locais para combater o neoliberalismo fariam bem em lembrar que o conjunto de políticas públicas que lançou o capitalismo neoliberal global foi engendrado por duas das mais maduras democracias nacionais (os Estados Unidos sob Ronald Reagan e o Reino Unido sob Margaret Thatcher).

Além de líderes políticos, também administrações públicas e atores da sociedade civil estão numa corrida ansiosa para salvar a democracia. A Prefeitura de Nova Iorque ganhou, em outubro de 2018, um escritório novo chamado *Cidade Democrática de Nova Iorque*¹². “Drinques pela democracia” são realizados mensalmente pelos *Defensores da Democracia* de Bruxelas, uma comunidade de funcionários públicos civis (das mesmas instituições da União Europeia que são acusadas de um “déficit de democracia”) que organizam eventos que objetivam, nas suas próprias palavras, “desenvolver e apoiar uma comunidade mais ampla de defensores da democracia e amantes da liberdade”¹³.

Se “democracia” fosse apenas um lugar-comum retórico com uma poderosa carga normativa que pudesse ser empregado na perseguição de praticamente qualquer projeto político, a esquerda seria, de fato, prudente em fazer bom uso

11 Ver Chalmers *et al* (2016). A mobilização da esquerda europeia para as eleições parlamentares europeias de 2019 tem sido feita sob o “Manifesto pela Democratização da Europa” - o chamado “Plano Piketty” -, o qual inclui um Tratado de Democratização para a Europa. A solução que proponho para esse problema diz respeito a melhorar a responsabilidade [*accountability*] política e exercer pressão para modificar a natureza das diretrizes políticas (Azmanova, 2013). Não creio que os parlamentos nacionais, sob pressões para manter as suas economias nacionais competitivas nos mercados globalmente integrados, confrontariam a política econômica neoliberal.

12 *Democracy NYC*, liderado por um(a) administrador(a) da democracia (atualmente, Ayirini Fonseca-Sabune) mediante uma remuneração anual de US\$ 165.000,00 (de acordo com Neuman, 2018).

13 Ver o seu sítio eletrônico: <https://defenddemocracy.eu/democracy-drinks/>.

dele. Porém, “democracia” é mais que isso. Do modo como é utilizado atualmente, o termo “democracia” possui as características do que Michael Tigar descreveu como *mitologias políticas*: “estruturas de palavras e imagens que representam pessoas, instituições e eventos sob formas que *mascam uma realidade subjacente*” (Tigar, 2018, l. 60, *itálico adicionado*). Se realmente é assim - se o discurso da democracia está mascarando a realidade de uma dinâmica de poder nociva -, a adoção da democracia como ideologia pela esquerda implicará o estreitamento do horizonte da crítica e das ambições da contestação. Examinarei essa hipótese a partir de agora.

4. O “preconceito democrático”

O crescente número de automeados salvadores da democracia pode mesmo ser um motivo de preocupação. Vem à memória a observação de Platão de que se pode detectar a frágil saúde de uma comunidade pelo número dos seus advogados e médicos - quanto mais deles há, mais doente uma sociedade é (Platão 1968 [380 a.C.], p. 84). Quanto mais democratas ela forja, mais doente a nossa democracia se torna. Essa circularidade não é desimportante. Ela tem que ver com a relação entre a democracia *como uma forma de sociedade* e a democracia *como um regime político*. Será necessário examinar essa relação para discernir a realidade da dinâmica de poder que a democracia-como-ideologia alberga.

Do modo como atualmente utilizada na retórica política da esquerda, a democracia é endossada como o *objetivo* e como a *ferramenta* para obter esse objetivo: a *sociedade* democrática (uma sociedade marcada pela inclusão, bem como por máximas igualdade e liberdade para todas as pessoas - ou, na acertada expressão de Étienne Balibar, “igualdade”¹⁴) deve ser obtida através dos mecanismos da democracia política - isto é, através dos mecanismos de tomada coletiva de decisão, tais como conselhos locais, fóruns deliberativos e parlamentos. É importante notar que, na medida em que a democracia política é compreendida como efetiva *igualdade de cidadania* (em vez de apenas como igualdade jurídica formal), as dimensões econômica, política e cultural do pertencimento democrático são, todas elas, tarefas essenciais na mobilização da esquerda. A justiça social, obtida através da redistribuição da riqueza e da criação de empregos, é vista como um pré-requisito

14 A expressão original em francês empregada por Balibar é *égaliberté*; e é particularmente abordada por ele nos três ensaios que formam a primeira parte do seguinte livro seu: Balibar, E. (2010). *La proposition de l'égaliberté: essais politique 1989-2009*. Paris: Presses Universitaires de France. *Égaliberté*, segundo Balibar, é a proposição logicamente central, historicamente inovadora e socialmente revolucionária da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, proposição que, encerrando a lógica desse documento constitucional, identifica a extensão e a abrangência da liberdade com a extensão e a abrangência da igualdade. *Égaliberté* expressa, portanto, a indissolúvel união lógica de dois princípios que, porém, no desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, mostram-se conflitantes um com o outro e até separados um do outro. (N. T.)

para a cidadania inclusiva e igual (logo democrática).

A ideia de socialismo, porém, implica uma compreensão outra de democracia - democracia é uma forma de sociedade qualitativamente diferente, e não somente uma questão de distribuição quantitativamente igual de poder entre todos os membros (cidadania democrática). A ideia de socialismo, como nos lembra Axel Honneth, foi concebida como um projeto de sujeição das atividades econômicas à vontade social mais abrangente; uma sociedade socialista assegura primordialmente não a igualdade, mas que os processos econômicos sejam postos sob o controle da sociedade mais ampla e a serviço dela (Honneth, 2016, p. 9-10). Há, em Karl Polanyi, uma abordagem do socialismo proveitosa para a elucidação da compreensão da democracia como uma forma de sociedade na qual a justiça social é mais que uma questão de igual distribuição de poder. Polanyi define a justiça social (uma das características do socialismo) como a satisfação das necessidades de toda a sociedade¹⁵. Segundo Polanyi, as prioridades sociais dizem respeito não só à distribuição do trabalho e de bens, mas também, acima de tudo, à direção da produção de acordo com o superior valor de uso social, e não de acordo com as preferências de consumidores individuais (Polanyi, 2016 [1922], p. 388).

Pode a democracia como uma forma de sociedade, compreendida do modo acima exposto, ser alcançada através do mecanismo da democracia como um sistema político e como uma ideologia política? As dúvidas de Marx a respeito do potencial emancipatório da democracia liberal são bem conhecidas (a igualdade jurídica dos cidadãos nas sociedades capitalistas mascara as suas desigualdades sociais e, assim, possibilita a opressão do trabalho pelo capital). Juntamente com E. P. Thompson, podemos objetar a Marx que, ainda que o *conteúdo* do direito burguês seja opressivo, a ideia do Estado de direito é emancipatória e, portanto, útil para a humanidade: “o próprio Estado de direito, a imposição de efetivas inibições ao poder e a defesa dos cidadãos das pretensões totalmente invasivas do poder, [é] um bem humano absoluto” (Thompson, 1975, p. 266). É a natureza democrática do Estado de direito, a sua aplicação geral e igual dentro dos limites de uma comunidade política, que assegura esse efeito emancipatório.

Quando saliento os perigos da democracia como uma ideologia política limitada à igualdade de cidadania, tenho em mente não a crítica marxiana da natureza burguesa do liberalismo político, mas antes um fenômeno que Friedrich Nietzsche chamou de “preconceito democrático dos modernos”. Ele observou que, quando apreendemos o passado através da autocomplacência das idealizações historiográficas igualitárias e progressistas do presente, não conseguimos compreender outros esquemas de

15 A segunda característica do socialismo, de acordo com Polanyi, é a produtividade máxima, definida como a maximização da quantidade de bens mediante mínimo esforço de trabalho (Polanyi, 2016 [1922], p. 388).

valores e perdemos a chance de compreender e refletir sobre nós mesmos através deles (Nietzsche, 1967 [1887], p. 28). Seguindo Nietzsche, Wendy Brown adverte que o preconceito democrático nos torna maus leitores do passado e estorva a nossa capacidade de elucidar o funcionamento do poder (Brown, 2014, p. 110)¹⁶. A interpretação de Brown do “preconceito democrático” sob o aspecto das limitações que ele impõe à análise de circunstâncias históricas específicas e da dinâmica de poder que sustenta essas circunstâncias é muito significativa para a presente análise. Como o preconceito democrático se manifesta na atual conjuntura histórica?

A renovada mobilização da esquerda, conforme observamos, ocorre agora sob uma narrativa do desenvolvimento, da crise e da urgente revitalização da democracia. A modernidade, consoante essa narrativa, foi desenvolvendo-se até culminar na democracia das sociedades ocidentais ricas e pluralistas após a Segunda Guerra Mundial, quando o edifício do Estado de bem-estar social acabou combinando o sufrágio universal com direitos sociais e econômicos. A instauração do neoliberalismo no final do século XX erodiu o feliz modelo do capitalismo democrático; o objetivo, portanto, seria curar a democracia ressuscitando as políticas de inclusão e igualdade que marcaram a melhor fase do Estado de bem-estar social. Assim, a mobilização política e a recuperação ideológica da esquerda estão ocorrendo no terreno da democracia entendida como *historiografia*, como um *horizonte normativo* e como uma *estratégia* para chegar lá.

O preconceito democrático está prejudicando a esquerda de dois modos - passarei a abordá-los como “nostalgia do Estado de bem-estar social” e “otimismo moral kantiano”. Em primeiro lugar, os efeitos nocivos do neoliberalismo estão sendo contrapostos às conquistas do Estado de bem-estar social rico e pluralista do período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o qual é frequentemente retratado como a era dourada da democracia estadunidense e europeia, creditada, em grande parte, à esquerda (a partidos social-democratas e socialistas na Europa e aos Democratas nos Estados Unidos). Essa idealização autocomplacente das conquistas do Estado de bem-estar social está fazendo com que a esquerda ignore as características negativas de tal formato de capitalismo democrático - do consumismo intensificado ao privilegiamento dos trabalhadores íntimos do mercado de trabalho -, características que foram submetidas à aguda crítica de intelectuais à esquerda¹⁷. A abundância material e a relativa igualdade material que, hoje, são objeto da nostalgia da esquerda foram

16 Devo a Azar Dakwar uma perspicaz discussão sobre as origens e as aplicações da noção de “preconceito democrático”.

17 As mais notáveis obras da crítica do capitalismo tardio feita pela Escola de Frankfurt são *O homem unidimensional*, de Marcuse (1964), e *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, de Habermas (1973). Michel Foucault, por sua vez, reprovou, no seu *O nascimento da biopolítica* (1978/1979), a natureza profundamente opressiva do “neoliberalismo”, reprovação que era dirigida contra o modelo, agora santificado por muitos democratas, do capitalismo coletivista e estatalmente administrado de depois da Segunda Guerra Mundial.

alcançadas ao preço de um pesado controle burocrático, do desperdício de recursos pela má gestão econômica e da considerável danificação do meio ambiente natural causada pela dinâmica da produção e do consumo intensificados. Como observado recentemente por Chantal Mouffe, porque muitas das conquistas social-democráticas têm sido erodidas sob a hegemonia neoliberal, “nós nos encontramos na situação paradoxal de ter de defender várias instituições do Estado de bem-estar social que, antes, nós criticamos por não serem suficientemente radicais” (Mouffe, 2018, l. 455).

O contraste agora traçado pelas forças “progressistas” entre o capitalismo democrático do Estado de bem-estar social, de um lado, e o neoliberalismo, de outro, é errôneo. O consenso político transideológico que possibilitou o Estado de bem-estar social foi posto em funcionamento por uma combinação de políticas públicas de estimulação da demanda e do consumo a fim de promover a criação de empregos e a produção e, assim, providenciar recursos para a distribuição de riqueza. Tal fórmula política produtivista não foi completamente eliminada pela reviravolta política neoliberal do final do século XX; o que houve foi uma sublimação daquela por esta. Explico. O neoliberalismo herdou do Estado de bem-estar social uma fórmula política que prioriza a produção e a criação de empregos, mas acrescentou a ela o livre-comércio - a integração mercantil global. Isso permitiu que os empregos (e, portanto, as fontes de sustento) deixassem as economias nacionais e se deslocassem para o exterior. Isso não alterou, de maneira alguma, a natureza produtivista da economia política das sociedades ocidentais, não obstante tenha prejudicado as possibilidades de vida de muitos trabalhadores, especialmente porque, com as empresas podendo deslocar-se para o exterior em busca de uma tributação menor, os recursos que seriam destinados à redistribuição minguaram. Além disso, o Estado neoliberal herdou a expertise redistributiva do Estado de bem-estar social, mas a empregou de modo diferente - empregou-a para redistribuir recursos dos perdedores para os ganhadores da globalização, o que implica agregar riscos e oportunidades a grupos sociais específicos, em vez de difundi-los de modo equitativo (Azmanova, 2014)¹⁸. Nesse sentido, o contraste agora traçado entre o neoliberalismo e os dias dourados da democracia (sob o Estado de bem-estar social maduro dos anos 1970, quando a redistribuição, o reconhecimento e a representação levaram a uma medida considerável de igualdade e inclusão) é enganoso. Tal contraste obscurece um importante *continuum* entre ambas as fases do capitalismo - um *continuum* baseado na fórmula política de empregos e crescimento, a qual está agora forçando a esquerda a fazer uma escolha difícil entre justiça ambiental e justiça social.

18 Em razão dessa peculiaridade da alocação institucionalizada de possibilidades de vida, já denominei de “capitalismo agregador” o estado mais recente do capitalismo, definindo temporalmente a virada do capitalismo neoliberal para o capitalismo agregador a partir do momento em que os governos, no comecinho do século XXI, tornaram a competitividade nacional na economia global em prioridade política máxima (Azmanova, 2014).

Se a nostalgia do Estado de bem-estar social é o primeiro modo pelo qual o “preconceito democrático” está atrapalhando a esquerda, o segundo é o otimismo moral kantiano, o qual permeia a fé da esquerda na capacidade da democracia como regime político para dar à luz a democracia como forma de sociedade. Nos seus escritos de filosofia moral, Kant argumentou que jamais podemos assegurar com certeza teórica que temos vontade livre. Por conseguinte, ele defendeu que nos cabe a nós ter *fé* em que somos livres: em que podemos ser movidos por razões morais, afirmar a nossa autonomia e cumprir as exigências da moralidade. Ao mesmo tempo, porém, nos seus escritos políticos, Kant recomendou que, em questões políticas, não deveríamos depender de suposições acerca das propriedades morais dos indivíduos (Kant, 1903 [1795], p. 154-155)¹⁹. Violando a recomendação de Kant, o ativismo político de esquerda está afetado pelo otimismo moral kantiano no que diz respeito à política, especialmente quando se trata da democracia como regime político. Uma fé nas capacidades morais e cognitivas dos cidadãos engajados na autodeterminação coletiva permeia a teoria democrática contemporânea e a mobilização política da esquerda. Uma democracia política procedimentalmente perfeita (que fosse livre do impacto direto do poder e do dinheiro e na qual as desigualdades de poder entre os cidadãos fossem apagadas) é confiada com a responsabilidade de gerar uma sociedade democrática. Quem nos dera ter uma democracia procedimentalmente perfeita para traduzir a vontade popular, sem coerções, em política!

Só podemos manter esse otimismo democrático ignorando o perspicaz saber de grande parte da teoria social e da teoria política contemporâneas. Temos de ignorar, por exemplo, as observações do neoinstitucionalismo e do construtivismo social concernentes à natureza das preferências individuais - as preferências dos atores e as suas percepções de interesses se desenvolvem no interior das instituições e das práticas sociais mediante as quais as pessoas são socializadas; toda racionalidade é racionalidade socialmente incrustada. Mesmo que a natureza complexa e fragmentada da totalidade social (sendo ela composta de práticas e processos de socialização diversos) proporcione aos indivíduos uma relativa autonomia, não se pode supor seguramente que mesmo o mais perfeito processo de tomada coletiva de decisão seria impermeável à dinâmica prevalente de socialização. Noutras palavras, se levarmos a sério o conceito de práxis, isto é, o conceito de uma atividade humana situada histórica e socialmente, não poderemos deixar de tomar em conta que as subjetividades são formadas mediante a socialização no interior de uma ordem social, de modo que os sujeitos são *afetados* (e não apenas *infectados*) pela dinâmica constitutiva de tal ordem social.

¹⁹ Vale notar que a “democracia despótica” é um dos tipos ideais de regime político na taxonomia elaborada por Kant em *Sobre a paz perpétua*. Ele deposita a sua confiança no republicanismo como uma fórmula política que combina uma forma democrática de soberania com um estilo liberal de exercício do poder (ver Azmanova, 2013).

Nessa perspectiva, se compreendermos o capitalismo como uma ordem social institucionalizada (e não simplesmente como uma economia de mercado), teremos de admitir que a lógica da acumulação capitalista não é somente uma lógica econômica, mas também uma lógica social. Como lógica social, ela permeia, pois, os sujeitos que realizam as suas escolhas políticas ao desempenharem a sua soberania coletiva. O mundo da vida habitado por esses sujeitos não é apenas colonizado pela racionalidade da eficiência capitalista que alimenta a produção concorrencial de lucro. Tal lógica fornece aos atores sociais razões válidas do ponto de vista daquelas subjetividades sociais. (É claro que, como Jürgen Habermas, poderíamos raciocinar de modo diferente e encontrar uma saída feliz, mas isso seria ceder à falácia do otimismo moral kantiano e, assim, trair o realismo político de Kant - conforme discutido acima.)

Formas representativas, diretas e participativas de democracia capitalista, mesmo na sua perfeita maturidade, são postas em prática, todas elas, por indivíduos cujas possibilidades de vida são dependentes da sua exitosa socialização no interior do capitalismo como ordem social. Isso significa que a parafernália institucional da democracia como regime político é, sozinha, insuficiente para alcançar a democracia como uma forma emancipada de sociedade - isto é, como uma sociedade livre dos imperativos produtivistas da busca de lucro. Na melhor das hipóteses, a democracia política pode alcançar um capitalismo igual e inclusivo (e, de fato, é isso o que as insurreições populistas demandam) através de políticas públicas de redistribuição e reconhecimento. Contudo, o capitalismo democrático ainda será compromissado com a dinâmica produtivista de crescimento e com a busca concorrencial de lucro, as quais são tão deletérias para os seres humanos, as comunidades e a natureza. As tensões entre democracia e capitalismo foram e são uma fonte permanente de energias emancipatórias, mas, na maioria das vezes, o imperativo da produção concorrencial de lucro enfraqueceu e enfraquece as aspirações mais radicais da democracia - as que vão além da busca por igualdade e inclusão no interior de uma sociedade rica.

A esquerda deveria, então, reexaminar a questão da relação entre a democracia como regime político e a democracia como forma de sociedade, a fim de não sobrecarregar a democracia política com tarefas que ela não pode realizar. Aqui, Karl Polanyi e Rosa Luxemburgo oferecem percepções relevantes.

Rosa Luxemburgo problematiza a relação entre democracia política e progresso social do seguinte modo. Por um lado, ela é uma firme adepta da democracia política. Criticando o nascente socialismo autocrático após a Revolução de Outubro na Rússia, Luxemburgo defende: “A democracia socialista não é algo que só começa na terra prometida, depois que as bases da economia socialista tenham sido criadas... [ela] começa em simultaneidade com o início da destruição da dominação de classe e da construção do socialismo” (Luxemburgo, 1918a, p. 308).

Por outro lado, ela duvidava de que os mecanismos da democracia eleitoral, mesmo com um sufrágio plenamente expandido, pudessem realizar o trabalho da reforma social radical²⁰. Vale reproduzir a sua cáustica descrição das esperanças e dos temores relacionados a dar poder eleitoral à classe trabalhadora às vésperas da Assembleia Nacional de Weimar de 1919-1920, considerando que os sentimentos que são objeto do seu sarcasmo também prevalecem na esquerda hoje em dia:

[A]s várias classes sociais se reunirão e se engajarão numa prazerosa, calma e “dignificada” discussão entre si, fazendo, em seguida, uma votação, talvez até uma votação com uma famosa “cisão”. Quando a classe capitalista perceber que está em minoria, ela, como um partido parlamentar bem disciplinado, declarará com um suspiro: Não há nada que possamos fazer! Compreendemos que fomos derrotados na votação. Tudo bem, nós nos submeteremos e cederemos todas as nossas terras, fábricas, minas, todos os nossos cofres à prova de fogo e os nossos generosos lucros aos trabalhadores (Luxemburgo, 1918c).

Os mecanismos da representação democrática, mesmo quando plenamente desenvolvidos, podem ser uma ferramenta para a *democratização* da ordem social, mas não para a radical *transformação da natureza* de tal ordem. Karl Polanyi elucida as limitações internas da democracia política a esse respeito. Abordando o socialismo como uma forma de sociedade que dá às necessidades sociais precedência sobre a satisfação dos consumidores, ele observa que preencher as necessidades da sociedade acarreta custos, aos quais ele se refere como “custos sociais”, ao lado dos custos técnicos da produção (“custos naturais”). Ele observa que o capitalismo não pode dar prioridade à justiça social ou aos objetivos da comunidade porque se devota à acumulação de capital e é impelido pelo motivo do lucro: pagar os custos sociais coloca em risco o motivo do lucro. Só depois que as bases do socialismo como forma de sociedade tenham sido estabelecidas, conclui Polanyi, poderão as prioridades sociais ser determinadas democraticamente por todos os membros da sociedade (Polanyi, 2016 [1922], p. 388). De fato, a mais celebrada conquista do Estado de bem-estar social - a democratização da abundância - foi alcançada pela intensificação institucionalizada da produção e do consumo privado.

A interpretação da justiça social por Polanyi lança luz sobre a deficiência da agenda atualmente prevalente da esquerda. Na sua abordagem, nem a justiça social é uma questão de distribuição igual de recursos e *status* social entre os cidadãos, nem deve ser compreendida pelo prisma quantitativo, aritmético, da equalização de relações de poder. A justiça social (assim como a sociedade verdadeiramente democrática) deve ser compreendida qualitativamente - como preenchendo as necessidades de toda a sociedade (isto é, as necessidades de educação, meio ambiente limpo, saúde, lazer). É nesse sentido que uma sociedade socialista é

²⁰ Assim como Marx, ela considerava a democracia eleitoral como um “legado antiquado das revoluções burguesas, uma casca vazia, um requisito do tempo das ilusões pequeno-burguesas de um ‘povo unido’ e da ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ do Estado burguês” (Luxemburgo, 1918c).

democrática na sua própria natureza. A equalização das relações de poder não é um meio para alcançar a justiça social; essa equalização é um resultado natural de uma sociedade democrática na qual as relações sociais são constituídas por práticas que servem à satisfação dos interesses de longo prazo da sociedade, em vez de servirem à acumulação e à distribuição de riqueza ou satisfazerem as preferências de consumo de curto prazo de todos os cidadãos.

Nesse sentido, “capitalismo democrático” é um oxímoro: os objetivos de uma sociedade democrática - uma sociedade compromissada com objetivos coletivos - são, por definição, incompatíveis com a dinâmica constitutiva (e, portanto, o interesse central) do capitalismo - a perpetuação da acumulação de capital. Uma sociedade capitalista só pode acomodar um sistema político democrático na medida em que esse sistema político se abstenha de confrontar, de qualquer modo radical, a dinâmica constitutiva do capitalismo. Essa é a razão pela qual o capitalismo democrático (como uma ordem sociopolítica) não pode conceber a justiça social senão como igualdade de riqueza e como condições de trabalho decentes na produção da riqueza. Sob o capitalismo como ordem social, portanto, a justiça social só pode ser entendida sob o prisma produtivista - como equidade na produção, na redistribuição e no consumo da riqueza. Pouco surpreende que tanto a centro-direita como a extrema-direita tenham recentemente pleiteado direitos sociais e redistribuição (já que a desigualdade ameaça o consumo - um dos motores da economia). A criação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (como parte dos compromissos políticos centrais da União Europeia) em 2017 foi uma iniciativa da centro-direita. Ninguém menos que Christine Lagarde, diretora-geral e presidenta do FMI, tem urgido com os líderes globais para que combatam a desigualdade através da redistribuição a fim de estabilizar a economia e aplacar o populismo (Lagarde, 2017). A direita está ressuscitando o seu mantra pré-neoliberal, produtivista e trabalhista (obreirista) de aliviar o fardo sobre as empresas em prol da criação de empregos. Assim, num recente tratado sobre tornar novamente grandes os Estados Unidos, Oren Cass, um dos ideólogos do Partido Republicano, regurgita as ideias da criação, através de parcerias empregador-trabalhador, de “um mercado de trabalho no qual os trabalhadores possam criar e sustentar famílias e comunidades fortes”, elogia Mitt Romney na sobrecapa (Cass, 2018)²¹.

Enquanto erigia o edifício do Estado de bem-estar social no decurso do século XX, a esquerda veio gradualmente a abandonar a noção qualitativa original de uma sociedade democrática (socialismo) e a adotar uma compreensão quantitativa de democracia - democracia como igualdade de cidadania sob uma sociedade capitalista. Essa versão da democracia não é só perfeitamente compatível com a dinâmica da produção concorrencial de lucro, mas é dependente dela - precisamos fazer o bolo

²¹ Oren Cass foi diretor de assuntos domésticos na campanha presidencial de Mitt Romney de 2012 e escritor para a conservadora *National Review*.

crescer para distribuí-lo - com toda a dinâmica associada de exploração, alienação e destruição da natureza.

A visão quantitativa de democracia poderia ser comodamente realizada através dos mecanismos da democracia política - quer dizer, desde que assumamos que as preferências da maioria apoiariam a equalização das relações de poder, o que está longe de ser garantido. Como observado pelos autores de um estudo sobre “oligarquia”, se o sistema eleitoral estadunidense traduzisse corretamente as opiniões dos estadunidenses comuns em políticas, essas políticas seriam bem menos liberais e inclusivas no que diz respeito a questões culturais e morais (Kapur, 2014). Estudos recentes revelam que, apesar de apoiarem abertamente a democracia, muitos estadunidenses estão dispostos a tolerar a violação de valores democráticos, especialmente se isso objetivar a obtenção de alguma vantagem para o seu grupo demográfico (Carey *et al*, 2018; Graham & Svulik, 2018). Isso significa que aperfeiçoar o maquinário institucional da representação democrática (a saber, pela eliminação da influência do dinheiro), por mais que seja importante de per si, não pode gerar uma sociedade mais democrática, no sentido de democracia abordado acima.

Para resumir o argumento até aqui: há uma significativa diferença entre uma compreensão quantitativa (capitalista) e uma compreensão qualitativa (socialista) da democracia e da justiça social. De acordo com a primeira, a democracia é uma questão de cidadania igual e inclusiva, a qual, por sua vez, pode ser obtida via redistribuição, reconhecimento e representação. Já de acordo com a última, a democracia é uma ordem social que dá prioridade às necessidades de toda a sociedade. Desde os anos 1970, a esquerda está compromissada com a noção quantitativa de democracia, a mesma noção que ela agora está reativando na sua luta contra o populismo de direita. É claro que os mecanismos da democracia política podem ser eficazmente empregados para aumentar a igualdade e a inclusão sob o sistema existente de relações sociais (capitalistas), alcançando, assim, a cidadania democrática. Esse é um objetivo louvável. Todavia, a esquerda não pode depender desses mecanismos para realizar reformas sociais radicais - isso requer uma linha diferente de mobilização. Subsumir a luta pelo socialismo sob uma luta por “democracia radical” (por igualdade e inclusão plenas sob a ordem social capitalista) é renunciar às aspirações da justiça social compreendida como o preenchimento das necessidades de toda a sociedade. É o nosso “preconceito democrático” que nos leva a incumbir à democracia como regime político a tarefa inerentemente impossível de uma transformação social em direção a uma sociedade democrática - uma sociedade livre da dinâmica da busca de lucro, da qual a subsistência é dependente.

Podemos dar um passo adiante nessa direção e sublinhar a natureza neoliberal da adoção da democracia como ideologia política. De um lado, a democracia como regime político é perfeitamente compatível com os objetivos políticos neoliberais

de busca da competitividade econômica *nacional* na economia global. O aumento da competitividade das economias nacionais (apresentado como “interesse comum”) intensifica o processo de acumulação de capital. Para que as economias nacionais sejam competitivas, os mercados de trabalho precisam permanecer flexíveis, e a produtividade deve ser mantida elevada, ao passo que a remuneração e o consumo são inibidos. De outro lado, assinalar à democracia política a tarefa de gerar justiça social e justiça ambiental se alinha perfeitamente com o estratagema neoliberal de descarregar na sociedade e nos indivíduos um fardo que lhes é impossível carregar - como é o fardo de ir contra o seu interesse em danificar o meio ambiente, ao passo que a sua subsistência depende de empregos que, sim, danificam o meio ambiente. Como democratas esclarecidos, os cidadãos são convocados a voluntariamente pagar a conta de uma dispendiosa proteção ambiental que quase todos os partidos de esquerda adotaram como uma prioridade política, ao passo que os fundos de pensão permanecem investidos em empresas multinacionais que produzem a poluição. Essa natureza neoliberal da excessiva dependência da democracia é a ironia mais amarga para social-democratas que são, em primeiro lugar, democratas e, só em segundo lugar, socialistas. Subsumir uma agenda socialista sob uma agenda de democracia radical (de igualdade e inclusão máximas) não mina a hegemonia neoliberal, fortalece-a.

5. O paradoxo da emancipação

O preconceito democrático também está impedindo uma análise aprofundada do capitalismo contemporâneo e das potencialidades de emancipação existentes nele. Essa incapacidade para uma investigação atualizada do capitalismo, por sua vez, está enraizada no pendor da esquerda para discernir as injustiças e buscar remédios para elas através de uma matriz analítica tomada de empréstimo à melhor fase do Estado de bem-estar social. Através da matriz analítica da social-democracia, a injustiça social era percebida sob a forma de desigualdades e exclusão; e a mobilização política visava à redistribuição econômica, ao reconhecimento cultural e à representação política. A fim de identificar o que é deficiente nessa maneira de perceber politicamente a injustiça social, proponho usar uma fórmula extraída da seguinte interpretação de uma análise marxiana do capitalismo²².

Marx compreendia o capitalismo como uma ordem social, um sistema de relações sociais moldadas pela dinâmica abrangente da acumulação primitiva e da busca concorrencial por lucro. Esse sistema social, por sua vez, é estruturado por instituições fundamentais, tais como o mercado como um âmbito de troca de mercadorias e a instituição da propriedade privada dos meios de produção²³. No

22 Uma articulação anterior desses três padrões de injustiça se encontra em Azmanova (2016) e Azmanova (2018b).

23 A noção de sistema social em Marx é claramente diferente da desenvolvida no estrutural-

decurso do funcionamento do capitalismo como um sistema social, experiências de injustiça emergem ao longo de três linhas de dominação:

Dominação estrutural é a dominação concernente ao modo como as principais estruturas do sistema social (as instituições que estruturam as relações sociais) afetam as possibilidades de vida dos participantes. No caso do capitalismo, de acordo com a análise marxiana original, a estrutura de classes gravita em torno da instituição da propriedade privada dos meios de produção. Isso é o que possibilita a exploração do trabalho, já que confere aos proprietários a capacidade de extrair mais-valor do trabalho assalariado.

Dominação relacional é a dominação consistente na subordinação de um grupo de atores a outro devido a assimetrias de poder - assimetrias que são resultantes da distribuição desigual dos recursos materiais ou ideativos da sociedade (p. ex., riqueza, conhecimento, reconhecimento). Formas características de injustiça no plano da dominação relacional são as desigualdades e a exclusão. Esses tipos de injustiça são combatidos através de estratégias de redistribuição e inclusão. Devolver aos trabalhadores um maior quinhão do valor que eles produzem (sob a forma de salários mais altos ou outros benefícios) amenizaria a injustiça relacional porque reduziria a exploração, mas não aboliria a exploração e, portanto, não confrontaria a dominação estrutural.

Dominação sistêmica é a dominação referente à subordinação de todos os membros da sociedade à lógica funcional do capitalismo - à produção concorrencial de lucro (ou, em termos marxianos, à “acumulação de capital”). Como a produção concorrencial de lucro é a dinâmica constitutiva do capitalismo, todos os participantes nesse processo estão sujeitos à dominação sistêmica, inclusive os que escapam à dominação estrutural e à relacional (os proprietários dos meios de produção e os administradores e trabalhadores bem remunerados, íntimos do mercado de trabalho). Marx introduziu essa linha de dominação na sua análise da alienação (o processo pelo qual as pessoas se estranham, sob vários aspectos, da sua humanidade, do seu “ser espécie”) acarretada pela dinâmica da produção de lucro. Embora Marx estivesse explicitamente interessado na alienação do trabalho assalariado, não há razão para circunscrever os efeitos alienadores da acumulação de capital apenas ao trabalho assalariado. As formas características de injustiça social engendradas pela dominação sistêmica são a destruição do meio ambiente natural e a deterioração da saúde mental e do equilíbrio entre trabalho e vida. Esses danos são causados pela participação dos indivíduos na produção concorrencial de lucro, independentemente

funcionalismo. Para Marx, o sistema não é uma unidade de esferas de ação funcionalmente diferenciadas, mas uma esfera de relações sociais estruturadas - isto é, de práticas humanas institucionalizadas. No seu “Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio”, Habermas “traduz” a noção marxiana de sistema social para o formato do estrutural-funcionalismo (ver Azmanova 2019).

das suas posições específicas na clivagem de classes.

As conquistas da esquerda durante todo o século XX ocorreram ao longo do caminho do combate à dominação estrutural e à relacional: as assimetrias de poder foram diminuídas através da redistribuição de recursos materiais, enquanto a exclusão foi extinguida através de batalhas por direitos civis e culturais. A nacionalização dos meios de produção reduzia os espaços da exploração. Essa ampla agenda de justiça assegurou as condições da cidadania democrática, compreendida como pertencimento igual e inclusivo a uma comunidade. Foi através dessas conquistas que a “era dourada da democracia” na segunda metade do século XX foi alcançada.

Obviamente, é louvável que a esquerda esteja agora tentando ressuscitar essa agenda tradicional da política progressista. Todavia, isso limita excessivamente as aspirações políticas da esquerda a questões de dominação estrutural e relacional (questões relativas à distribuição de possibilidades de vida). Fora do radar da crítica ficam as preocupações relativas à *natureza* das possibilidades de vida que estão sendo distribuídas. Precisamos perguntar: Sob que modelo de vida estão sendo buscadas a igualdade e a inclusão? Claramente, nem a agenda de crescimento e redistribuição (varrida pela política de austeridade) nem as políticas públicas de inclusão e reconhecimento ameaçam seriamente a dinâmica de acumulação de capital e a danificação por ela causada ao meio ambiente natural, às comunidades humanas e aos indivíduos.

Na restrição da reativação política da esquerda a uma renovada batalha por igualdade e inclusão, o perigo não está somente em *limitar* excessivamente a agenda da política progressista. Há o risco de, involuntariamente, ir justo contra os objetivos, estabelecidos explicitamente pela esquerda para si mesma, de construir a democracia como uma sociedade emancipada. Formularei esse cenário como o *paradoxo da emancipação*. O paradoxo consiste no seguinte: lutas contra as dominações relacional e estrutural através de esforços para aumentar a igualdade e a inclusão tendem a validar e a aumentar a desejabilidade do modelo sob o qual a igualdade e a inclusão estão sendo buscadas. Nisso, o ativismo político não apenas negligencia questões de dominação sistêmica, mas também aceita a dominação sistêmica em nome da redução das dominações estrutural e relacional. Por exemplo, conforme analisei noutro lugar, ao lutar por inclusão no mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens, a segunda geração de feministas não só não conseguiu questionar a desejabilidade da mercadorização do trabalho, mas também lhe conferiu uma validação adicional: assim, o empoderamento delas foi uma rendição à dinâmica da produção concorrencial de lucro (Azmanova 2016). Para evitar ser capturada pelo paradoxo da emancipação, a esquerda deve procurar formular a sua agenda como uma luta, acima de tudo, contra a dominação sistêmica - ou seja, contra os danos sociais produzidos pela produção concorrencial de lucro. Todavia, o “preconceito democrático”, com o seu

anseio nostálgico pelos tempos pré-neoliberais do Estado de bem-estar social, é um obstáculo a isso. Abordarei esse problema mais detalhadamente a partir de agora.

Conforme observei, as forças políticas e intelectuais de esquerda tendem a ver o contexto sociopolítico do capitalismo neoliberal pelo prisma das injustiças relacional e estrutural - uma matriz moldada pelas lutas da “velha esquerda” (a agenda da luta de classe) e da Nova Esquerda (direitos civis, políticos e culturais)²⁴. Os clamores erguidos pelos movimentos populistas tendem, então, a ser interpretados ou como ameaças à identidade (privilégio masculino branco), ou como empobrecimento e crescente desigualdade. Para combater o populismo, a esquerda agora, usualmente, prescreve redistribuição (aumentar o salário mínimo, introduzir a renda básica), bem como investimento em serviços públicos - soluções políticas que a extrema-direita também tem demandado e que também são adotadas pela centro-direita em vários países. Isso, porém, impõe um formato de análise que deixa importantes peculiaridades do capitalismo neoliberal fora do âmbito da crítica e da contestação. Esse formato de análise obscurece a *differentia specifica* do capitalismo neoliberal, o que, por sua vez, impede a esquerda de construir uma plataforma para a sua renovação que seja adequada às atuais circunstâncias históricas. Quais são as características distintivas do capitalismo contemporâneo?

O capitalismo neoliberal começou a ganhar corpo nos anos 1980. Nesse período, a competitividade nacional nos mercados globais tornou-se uma prioridade política, substituindo a agenda de “empregos, crescimento e redistribuição” do capitalismo “administrado” ou “organizado” estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com a fórmula neoliberal, a competitividade deveria ser alcançada através de uma combinação de mercados de consumo e de trabalho domesticamente liberalizados ou desregulados (um retorno ao *laissez-faire*) com economias abertas. Esse particular pacote de políticas públicas não somente provocou o empobrecimento dos trabalhadores pouco qualificados e aumentou as desigualdades de riqueza - dois fenômenos que agora tanto a esquerda como a direita estão tomando como o foco da sua mobilização. As políticas neoliberais provocaram, além disso, dois outros desenvolvimentos.

Em primeiro lugar, as fraturas da conflituosidade social se modificaram, passando a atravessar a anterior clivagem capital-trabalho. Em empresas bem posicionadas para lucrar com a nova economia de fronteiras abertas e tecnologias da informação (a famigerada globalização), capital e trabalho passaram a formar uma aliança apoiadora do neoliberalismo que atravessa as classes. Do outro lado da

²⁴ É claro que a agenda da Nova Esquerda foi além da agenda dos “direitos” - ela forneceu uma compreensão mais profunda das estruturas subjacentes de injustiça (para além das classes econômicas), bem como se preocupou com a injustiça ambiental, que é uma questão de injustiça sistêmica. Aqui, ponho em foco o arcabouço conceitual sob o qual a esquerda tende a interpretar a atual insurreição populista.

nova clivagem, estão trabalhadores, proprietários e administradores de empresas para os quais a globalização é uma fonte de ameaças à subsistência. Isso significa que as experiências sociais politicamente relevantes que dizem respeito à distribuição de possibilidades de vida atravessam a tradicional clivagem de classes. Assim, uma reativação da política de classe seria politicamente sem sentido. Além disso, um retorno à fórmula política de crescimento e redistribuição da “era dourada” do Estado de bem-estar social (ao qual agora instam tanto a centro-esquerda como a centro-direita) não moderaria muito a concorrência global por lucro, a causa pela qual o meio ambiente e as vidas humanas estão sendo devastados.

A segunda peculiaridade do capitalismo neoliberal é que estão proliferando experiências de injustiça ao longo da terceira linha de dominação (dominação sistêmica) - a qual é moldada pela produção concorrencial de lucro. O aumento da concorrência no contexto de uma economia globalmente integrada e de um encolhimento da rede de proteção social tem intensificado as pressões sobre todos, mas especialmente sobre as pessoas em ocupações expostas à concorrência global. O que está afligindo as classes trabalhadora, média e média-alta nas democracias ocidentais não é unicamente (nem mesmo predominantemente) a desigualdade, senão que a crescente precariedade, a qual também está afetando trabalhadores altamente qualificados e bem remunerados, bem como os proprietários e os administradores de empresas expostas à concorrência global. A insegurança econômica é um sofrimento agudo que se propaga e atravessa a clivagem de classes. Ela se tornou o núcleo da questão social do nosso tempo.

Uma agenda reformulada de justiça social cujo centro seja o combate à insegurança econômica (e à distribuição desigual de segurança econômica) poderia ajudar a esquerda a reconquistar o apoio dos eleitores que ela perdeu para a extrema-direita. Pôr em foco o combate à insegurança econômica também poderia ajudar a conquistar alguns dos apoiadores típicos da centro-direita - profissionais altamente instruídos cuja subsistência está ameaçada pela concorrência global e cujo bem-estar é posto em risco por pressões laborais prejudiciais aos estilos de vida que essas pessoas valorizam. Isso possibilitaria à esquerda construir uma ampla contra-hegemonia contra o capitalismo neoliberal²⁵.

6. Conclusão: Não basta democracia

Para que serve a esquerda atualmente? Retornemos à incisiva interrogação de Jürgen Habermas. A extrema-direita está demandando proteção não somente cultural, mas também social e econômica. A centro-direita está aumentando o salário mínimo e lançando um Pilar dos Direitos Sociais (na União Europeia), está investindo

²⁵ Uma elaboração dessa proposta se encontra em Azmanova (2020).

em requalificação profissional e comprometendo-se a combater a desigualdade. A não ser que a esquerda encontre uma visão alternativa à agenda de “empregos, crescimento e distribuição”, ela não estará entre as forças intelectuais que moldarão o futuro. Defendo que a vocação da esquerda na presente conjuntura histórica é criar uma contra-hegemonia contra o capitalismo neoliberal, mas que a essência dessa contra-hegemonia não deveria ser nem a democracia - nem mesmo a “democracia radical”, como recentemente proposto por Chantal Mouffe -, nem uma renovação da luta de classe, senão que uma nova ordem socioeconômica²⁶.

Por que não basta democracia, e o que há de errado na luta de classe? Por não possuir qualquer corpo específico de dogmas, qualquer teologia (como observado por Walter Benjamin²⁷), o capitalismo pode apropriar-se completamente da democracia como o seu credo. Uma vez que o capitalismo como um sistema social - como um sistema de relações sociais - tenha adotado a democracia como um sistema político, ele a põe ao seu serviço. Na medida em que a subsistência da grande maioria é dependente da participação no processo de acumulação de capital, não podemos senão esperar que os procedimentos democráticos sirvam a tal processo. Sob esse arcabouço de pensamento, a esquerda continuará enfrentando o dilema de ou servir aos interesses de curto prazo que o seu eleitorado tem em perpetuar a dinâmica de acumulação de capital, ou servir ao interesse social de longo prazo em proteger os seres humanos e o meio ambiente natural justamente daquela dinâmica. As fortes manifestações recentes, nas democracias ocidentais, de demandas populares pelo desmonte da legislação ambiental é um exemplo dessa desconfortável escolha²⁸. O silêncio dos partidos de esquerda quando confrontados com a escolha entre assegurar empregos e assegurar o meio ambiente é revelador dos exatos limites do poder da democracia política contra o capitalismo. Sob o arcabouço das democracias capitalistas, as reformas sociais não podem ultrapassar o limiar a partir do qual ameaçam a dinâmica de acumulação de capital, da qual depende a sorte do “homem comum”.

Na famosa formulação de Rosa Luxemburgo, “só há duas alternativas para a humanidade: socialismo ou desenvolvimento do capitalismo até a barbárie - não há uma terceira possibilidade” (Luxemburgo, 1918b, p. 364). Apesar ou, antes, por causa da abundância global gerada pelo capitalismo neoliberal, os danos por ele infligidos aos indivíduos, às comunidades e ao meio ambiente natural equivalem a

26 “[A]dotando uma estratégia populista, mas, desta vez, com um objetivo progressista, que intervenha em múltiplas frentes”, Chantal Mouffe insta a esquerda a “construir uma nova hegemonia visando recuperar e aprofundar a democracia” (Mouffe, 2018, p. 35).

27 Ver Benjamin (1996 [1921]).

28 Ver, por exemplo, os protestos dos “coletes amarelos” na França (novembro-dezembro de 2018): <https://www.france24.com/en/20181116-france-yellow-vest-diesel-tax-protest-right-left-political-parties>.

uma barbárie moderna. As injustiças do neoliberalismo não podem nem devem ser descritas como danos à democracia - como déficits democráticos. Esses danos são gerados pela própria lógica constitutiva do capitalismo - pela produção concorrencial de lucro. A gama desses danos é vasta - vai do empobrecimento e das deteriorações da saúde física e mental até o frágil equilíbrio entre trabalho e vida e a incapacidade de fazer planos para o futuro.

Ressalto que uma reativação da velha agenda da luta de classe - e está virando moda atualmente insistir nessa reativação - será sem sentido porque emergiu em apoio à globalização uma sólida aliança que atravessa as classes. Chegamos a um ponto na história no qual não necessitamos da luta de classe para lutar contra a dinâmica nuclear do capitalismo - a produção concorrencial de lucro. Emergiu e está crescendo transversalmente às classes outra aliança, uma aliança entre as vítimas do capitalismo neoliberal. Independentemente das largas diferenças entre os seus níveis de renda e de educação, uma grande multidão de pessoas está sofrendo os danos da produção concorrencial de lucro cada vez mais intensificada - os danos da lógica nuclear do capitalismo. Para mobilizar esse descontentamento, a esquerda precisa substituir a velha agenda de crescimento-e-redistribuição, a qual gira em torno da prosperidade social [*welfare*], por uma agenda cujo eixo seja o bem-estar [*well-being*]. Ela deveria dar adeus ao mantra da liberdade realizada através do trabalho e do consumo, mantra que a direita agora também está adotando, e desenvolver um paradigma de políticas públicas cujo centro seja a liberdade como não dependência do trabalho e do consumo²⁹. As recentes mobilizações na Europa e nos Estados Unidos em favor de um Novo Acordo Ambiental [*Green New Deal*] carregam essa promessa de um modo poderoso.

Neste exato momento, pleitear democracia é muito pouco.

Referências

- Azmanova, A. (2004). The mobilisation of the European Left in the early 21st century. *European Journal of Sociology*, 45 (2), 273-306.
- Azmanova, A. (2011). Against the politics of fear: on deliberation, inclusion, and the political economy of trust. *Philosophy and Social Criticism*, 37 (2), 401-412.
- Azmanova, A. (2012). Social justice and varieties of capitalism: an immanent critique. *New Political Economy*, 17 (4), 445-463.
- Azmanova, A. (2014). The “crisis of capitalism” and the state - more powerful, less responsible, invariably legitimate. In Lemay-Hébert, N., Onuf, N., Rakić, V., Bojanić, P. (Orgs.), *Semantics of statebuilding: language, meanings and sovereignty* (pp. 150-162). London and New York: Routledge.

²⁹ Não posso, aqui, expor os detalhes de tal arcabouço de políticas públicas; a respeito da minha proposta de combinar renda básica universal com emprego básico universal no interior do que chamo de “economia política da confiança”, ver Azmanova (2011) e Azmanova (2012).

- Azmanova, A. (2016). Empowerment as surrender: how women lost the battle for emancipation as they won equality and inclusion. *Social Research*, 83 (3), 749-776.
- Azmanova, A. (2018a). The populist catharsis: on the revival of the political. *Philosophy and Social Criticism*, 44 (4), 399-411.
- Azmanova, A. (2018b). Relational, structural and systemic forms of power: the “right to justification” confronting three types of domination. *Journal of Political Power*, 11 (1), 68-78.
- Azmanova, A. (2019). Karl Marx (1818-1883). In Allen, A., Mendieta, E. (Orgs.), *The Cambridge Habermas lexicon* (pp. 616-620). Cambridge: Cambridge University Press.
- Azmanova, A. (2020). *Capitalism on edge. How fighting precarity can achieve radical change without crisis or utopia*. New York: Columbia University Press.
- Benjamin, W. (1974 [1931]). Left-wing melancholy. *Screen* 15 (2 & 1), pp. 28-32.
- Benjamin, W. (1996 [1921]). Capitalism as religion. In _____, *Selected writings 1* (pp. 288-291). Translated by Rodney Livingstone. Cambridge: Belknap Harvard Press.
- Brown, W. (1999). Resisting left melancholy. *Boundary* 26 (3), 19-27.
- Brown, W. (2014). Is Marx (Capital) secular? *Qui Parle: Critical Humanities and Social Sciences* 23 (1), 109-124.
- Carey, J. M., et al. (2018). Party, policy, democracy and candidate choice in U.S. elections. *Bright Line Watch*. Recuperado de: <http://brightlinewatch.org/us-elections/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Cass, O. (2018). *The once and future worker: a vision for the renewal of work in America*. New York: Encounter Books.
- Chalmers, D., Jachtenfuchs, M., Joerges, C. (Orgs.). (2016). *The end of the Eurocrats' dream: adjusting to European diversity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fandos, N. (2018). House Democrat's agenda: ethics, infrastructure and medical legislation. *The New York Times*, November 7. Recuperado de: <https://nyti.ms/2yUROEM>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Foucault, M. (2010 [1978-1979]). *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Edited by Michel Senellar. Translated by Graham Burchell. New York: Picador/Palgrave.
- Fraser, N. (2017). The end of progressive neoliberalism. *Dissent*, January 2. Recuperado de: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser. Acesso em: 22 set. 2021.
- Gilens, M., Page. B. I. (2014). Testing theories of American politics: elites, interest groups and the average citizens. *Perspectives on Politics* 12 (3), pp. 564-581.
- Gordon, P. (2017). Mourning in America. *Boston Review*, July 18. Recuperado de: <http://bostonreview.net/politics/peter-e-gordon-mourning-america>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Graham, M., Svobik, M. W. (2020). Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States. *American*

Political Science Review 114 (2), 392-409.

- Habermas, J. (1975 [1973]). *Legitimation crisis*. Translated by Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (2018). “New” perspectives for Europe. *Social Europe*, October 22. Recuperado de: <https://www.socialeurope.eu/new-perspectives-for-europe>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Hobsbawm, E. (2000 [1975]). *The age of capital: 1848-1875*. London: Abacus/Little, Brown, and Co.
- Honneth, A. (2016). *The idea of socialism: towards a renewal*. Cambridge: Polity Press.
- Kant, I. (1903 [1795]). *Perpetual peace. A philosophical sketch*. Translated by Mary Campbell Smith. London: Swan Sonnenschein & Co.
- Kapur, S. (2014). Scholar behind “viral” oligarchy study tells you what it means. Interview with Martin Gilens. *Talking Points Memo*, April 22. Recuperado de: <https://talkingpointsmemo.com/dc/princeton-scholar-demise-of-democracy-america-tpm-interview>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Lagarde, C. (2017). Building a more resilient and inclusive global economy. Speech at the Davos Forum, April 12, 2017. Recuperado de: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2017/04/07/building-a-more-resilient-and-inclusive-global-economy-a-speech-by-christine-lagarde>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Luxemburg, R. (1918a). The Russian Revolution. In _____, *The Rosa Luxemburg reader* (pp. 281-311). Edited by Peter Hudis and Kevin B. Anderson. New York: Monthly Review Press.
- Luxemburg, R. (1918b). Our programme and the political situation. Speech at the Founding Convention of the German Communist Party (December 31, 1919). In _____, *The Rosa Luxemburg reader* (pp. 357-372). Edited by Peter Hudis and Kevin B. Anderson. New York: Monthly Review Press.
- Luxemburg, R. (1918c). The National Assembly. In _____, *Rosa Luxemburg: selected political writings* (pp. 262-265). Edited by Robert Looker. Translated by W. D. Graf. New York: Random House. Recuperado de: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/11/20.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Marcuse, H. (1964). *One-Dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. New York: Beacon Press.
- Mouffe, C. (2018). *For a Left populism*. New York: Verso.
- Neuman, W. (2018). Why New York City hired someone to improve democracy. *The New York Times*, October 2. Recuperado de: <https://www.nytimes.com/2018/10/02/nyregion/democracy-nyc-voting.html>. Acesso em: 22 set. 2021.
- Nietzsche, F. (1967 [1887]). *On the genealogy of morals*. Translated by Walter Kaufman. New York: Vintage.
- Plato. (1968 [380 BC]). *The republic*. 2nd ed. Translated by Allan Bloom. New York: Basic Books/Harper Collins.
- Polanyi, K. (2016 [1922]). Socialist accounting. With preface “Socialism and the

embedded economy.” Translated by Johanna Bockman, Ariane Fischer, and David Woodruff. *Theory and Society* 45 (5), 385-427.

Rosanvallon, P. (2009). Democratic universalism as a historical problem. *Constellations* 16 (4), 539-549.

Thompson, E. P. (1975). *Whigs and hunters: the origin of the Black Act*. New York: Pantheon Books.

Tigar, M. E. (2018). *Mythologies of state and monopoly power from Gotha to now*. New York: Monthly Review Press.

Traverso, E. (2017). *Left-wing melancholia: Marxism, history, and memory*. New York: Columbia University Press.

Wilde, O. (1916 [1891]). *The soul of man under socialism*. In _____, *The essays of Oscar Wilde* (pp. 5-62). New York: Cosmopolitan Book Corporation.

Wodak, R. (2015). *The politics of fear*. London: Sage.

Recebido em: 13.10.2021

Aceito em: 03.03.2022